

EDUARDO ARRUDA ALVIM

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor dos cursos de doutorado, mestrado, especialização e bacharelado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e da Faculdade Autônoma de Direito – FADISP. Acadêmico titular da Cadeira nº 20 da Academia Paulista de Direito. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual.

Membro do Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal. Presidente da Comissão Permanente de Estudos de Processo Constitucional do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP. Diretor da Revista Forense. Advogado.

MANDADO DE SEGURANÇA

4ª edição
ampliada e atualizada

GZ
EDITORA

Rio de Janeiro
2021

4ª edição – 2021

© Copyright
Eduardo Arruda Alvim

Presidente do Conselho Editorial
Nelson Nery Costa

Diagramação
Olga Martins

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A483m

4.ed.

Alvim, Eduardo Arruda,

Mandado de segurança: 4ª edição, reformulada e atualizada da obra mandado de segurança no direito tributário (de acordo com a Lei Federal nº 12.016, de 07/08/2009) / Eduardo Arruda Alvim. - 4ª ed. reform. e atual. - Rio de Janeiro: GZ, 2021.
566 p., 24 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5813-024-6

1. Mandado de segurança - Brasil. I. Título.

21-70682

CDU: 347.951.3(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
GZ EDITORA

contato@editoragz.com.br
www.editoragz.com.br

Av. Erasmo Braga, 299 – sala 202 – 2º andar – Castelo – RJ

CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Dedicação</i>	V
<i>Prefácio à 4ª edição</i>	VII

Capítulo 1

MANDADO DE SEGURANÇA – NOÇÕES PROPEDEÚTICAS

1.1. Particularidades da Área Tributária.....	3
1.2. Processo Tributário e Procedimento Administrativo Tributário	5
1.3. Processo Tributário	8

Capítulo 2

MANDADO DE SEGURANÇA – PARTE HISTÓRICA

2.1. Suas Raízes	15
2.2. Evolução Histórica no Plano do Direito Constitucional	26
2.3. O Mandado de Segurança e o Estado de Direito.....	31

Capítulo 3

SUJEITOS NO MANDADO DE SEGURANÇA

3.1. O Impetrante	33
3.2. Autoridade Coatora	43
3.3. Litisconsórcio e Mandado de Segurança	43
3.4. Litisconsórcio Passivo Necessário	44
3.5. Litisconsórcio Ativo (Facultativo)	50
3.6. Posição do Ministério Público.....	51
3.7. O Mandado de Segurança Contra Ato Judicial e o Magistrado.....	61

Capítulo 4

SUJEITO PASSIVO EM MANDADO DE SEGURANÇA – AUTORIDADE COATORA

4.1. Considerações Iniciais.....	63
4.2. Autoridade Coatora como Órgão Público.....	71
4.3. Observações a Propósito do Conceito de Parte	75
4.4. Mandado de Segurança e Assistência	82
4.5. Ciência da Pessoa Jurídica Interessada.....	83
4.6. Autoridade Coatora – Possibilidade de sua Substituição <i>Ex Officio</i>	85

4.6.1. Autoridade coatora e a teoria da encampação.....	90
4.7. Atos Compostos e Atos Complexos – Hipótese de Obediência Hierárquica.....	92
4.8. Autoridade Coatora e Competência.....	105

Capítulo 5

DIREITO LÍQUIDO E CERTO – CONCEITO

5.1. A Prova e o Mandado de Segurança.....	109
5.2. Natureza Jurídica do Direito Líquido e Certo	130
5.3. Ilegalidade ou Abuso de Poder	132
5.3.1. Omissão da Autoridade Coatora	137
5.4. Outros Aspectos Relevantes.....	141

Capítulo 6

PRAZO DECADENCIAL DE IMPETRAÇÃO (120 DIAS)

6.1. Natureza Jurídica.....	147
6.2. A Questão de sua Inconstitucionalidade	153
6.3. Termo Inicial da Contagem do Prazo	159
6.3.1. Termo Inicial do Prazo e Pedido de Reconsideração	161
6.3.2. Termo Inicial e Mandado de Segurança contra Omissão de Autoridade.....	170
6.3.3. Termo Inicial e Mandado de Segurança em Matéria Tributária.....	173
6.3.3.1. Termo Inicial do Mandado de Segurança em Matéria e a Impetração Preventiva.....	174
6.3.4 Contagem do Prazo – não aplicação do art. 219 do CPC/2015	181
6.4. Exercício do Direito	183

Capítulo 7

MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA LEI EM TESE

7.1. Considerações Iniciais.....	187
7.2. O “Justo Receio” (parte final do art. 1º da Lei nº 12.016/2009	199
7.3. Mandado de Segurança Preventivo e Tributos Sujeitos a Lançamento por Homologação.....	205
7.4. Mandado de Segurança e Lei de Efeitos Concretos.....	208
7.4.1. Exemplo de Impetração Preventiva em Matéria Tributária.....	212
7.5. Mandado de Segurança Preventivo e Ato Judicial	213
7.6. Mandado de Segurança Preventivo e Consulta Fiscal.....	213

Capítulo 8

LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA

8.1. Natureza Jurídica da Liminar em Mandado de Segurança	219
8.2. Relevância dos Fundamentos do Pedido e Probabilidade do Direito.....	223
8.3. <i>Periculum in Mora</i> no Mandado de Segurança e na Tutela Provisória	225
8.4. Liminar em Mandado de Segurança e Discricionariedade Judicial ..	230
8.5. Possibilidade de Concessão <i>Ex Officio</i> de Liminar em Mandado de Segurança	246
8.6. Recorribilidade da Decisão que Concede ou Denega Liminar em Mandado de Segurança.....	249
8.7. Recorribilidade das Decisões dos Presidentes dos Tribunais ou dos Relatores em Mandado de Segurança.....	259
8.8. Suspensão da Liminar em Mandado de Segurança.....	263
8.8.1. Aspectos Gerais	263
8.8.2 Recursos Cabíveis.....	272
8.8.3 Pedido de Suspensão da Liminar – Outros Aspectos Relevantes.....	277
8.9. Da Impossibilidade de se Condicionar (como regra) a Concessão da Liminar – a Caução ou Depósito.....	285
8.10. Restrições ou Vedações Impostas à Concessão de Liminar em Mandado de Segurança (por leis infraconstitucionais).....	294
8.11. Liminar e Denegação da Segurança	305
8.11.1. Multa, Juros Moratórios e Correção Monetária do Tributo, em Caso de Denegação da Segurança	313
8.11.2. Posição da Administração em face da Sentença Denegatória do Mandado de Segurança, Cassando Liminar Inicialmente Concedida	320

Capítulo 9

NOÇÕES DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO – ASPECTOS DO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

9.1. Crédito Tributário – Breves Considerações	323
9.2. Tutela Provisória e a Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário	334
9.3. Outras Considerações sobre a Liminar em Mandado de Segurança e Crédito Tributário	343
9.4. Necessidade de Notificação do Lançamento para que Opere Efeitos em relação ao Sujeito Passivo da Obrigação Tributária.....	344

9.5. Impetração Preventiva antes do Lançamento.....	346
9.6. Suspensão da Exigibilidade do Crédito e o Prazo Decadencial do Art. 173 do CTN.....	346

Capítulo 10

SENTENÇA NO MANDADO DE SEGURANÇA

10.1. Ações Mandamentais	349
10.1.1. Critérios Classificatórios Distintos	359
10.1.2. Atos Administrativos Nulos e Anuláveis - Efeitos	360
10.1.3. Execução de Sentença	363
10.2. Coisa Julgada.....	367
10.3. O Problema da Relação Tributária Continuativa e a Coisa Julgada	373
10.4. Honorários em Mandado de Segurança	375
10.4.1. Posição do Superior Tribunal de Justiça e a Lei nº 12.016/2009	377
10.5. Aplicação Subsidiária do CPC ao Mandado de Segurança – Alguns Aspectos Relevantes.....	378

Capítulo 11

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL

11.1. Considerações Iniciais	381
11.2. Breve Panorama Doutrinário e Jurisprudencial do Mandado de Segurança contra Ato Judicial à Luz do CPC/1973.....	383
11.3. Hipóteses Atuais de Cabimento de Mandado de Segurança contra Ato Judicial – O Problema à Luz do CPC/2015	387
11.4 Mandado de Segurança contra Ato de Tribunal Local	395

Capítulo 12

RECURSOS E O DUPLO GRAU OBRIGATÓRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA

12.1. Mandado de Segurança e Remessa Necessária.....	399
12.2. Legitimidade para Recorrer	405
12.3. Benefícios dos Arts. 183 e 229 do CPC/2015.....	408
12.4. Recursos e o Processo do Mandado de Segurança	409
12.4.1. Agravo de Instrumento e Agravo Interno.....	409
12.4.2. Demais Modalidades Recursais	418
12.5. Técnica do Julgamento Estendido e o Mandado de Segurança	429
12.6. Desistência do Mandado de Segurança.....	437

Capítulo 13

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

13.1. Generalidades.....	439
13.2. Legitimidade Ativa	445
13.2.1. Alínea B do Inciso LXX do art. 5º da Constituição Federal de 1988	445
13.2.2. Alínea A do Inciso LXX do art. 5º da Constituição Federal de 1988	472
13.3. A Exigência de Caso Concreto.....	477
13.4. Aplicabilidade do Mandado de Segurança Coletivo em Matéria Tributária	481
13.5. A Coisa Julgada no Mandado de Segurança Coletivo	487
13.6. Da Limitação Territorial Prevista no art. 16 da Lei de Ação Civil Pública, Introduzida pela Lei nº 9.494/1997	489

Capítulo XIV

MANDADO DE SEGURANÇA – CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	497
BIBLIOGRAFIA	507
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	523
ÍNDICE LEGISLATIVO.....	537
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	545